
LEGÍSTICA + IA

PROMPTS PARA JUSTIFICATIVAS E EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

Como usar inteligência artificial para fundamentar projetos de lei, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias, emendas à Lei Orgânica e outros atos normativos

GUIA PRÁTICO

Prompts prontos • campos substituíveis • revisão jurídica • controle de competência • impactos • eliminação dos “considerandos”

Apresentação

A elaboração de uma boa justificativa ou exposição de motivos não é um exercício meramente retórico. É uma etapa de racionalização da decisão normativa. O documento deve revelar, de forma inteligível, por que o poder público pretende agir, qual problema busca resolver, de onde deriva sua competência, por que a espécie normativa escolhida é juridicamente adequada e quais consequências relevantes podem decorrer da medida.

A inteligência artificial pode acelerar esse trabalho, mas somente produz resultados confiáveis quando recebe contexto, fontes, limites e critérios de validação. Prompts vagos tendem a gerar textos genéricos, referências inexistentes e fundamentações que parecem convincentes, mas não resistem a uma revisão jurídica.

Este e-book foi construído para evitar esse problema. Os comandos foram estruturados para obrigar a IA a trabalhar com competência, juridicidade, necessidade, adequação, impactos, técnica normativa e controle de fontes. Sempre que faltar dado essencial, o modelo deve indicar a lacuna em vez de inventar a informação.

Regra central deste e-book. A IA é ferramenta de apoio. A validação final da competência, da iniciativa, do fundamento legal, da jurisprudência, dos impactos fiscais e da redação cabe ao responsável pela proposição.

Base normativa de referência

- Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, especialmente quanto à elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e demais atos abrangidos.
- Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024, como principal referência contemporânea de técnica normativa no Poder Executivo federal.
- Manual de Redação da Presidência da República, especialmente quanto à finalidade e à estrutura da exposição de motivos.
- Constituição Federal, Constituições estaduais, Leis Orgânicas, regimentos internos, leis de organização administrativa e normas locais de processo legislativo, conforme o ente e o Poder envolvidos.

Como usar os prompts

Nos modelos, substitua os campos entre colchetes pelos dados do caso concreto. Quanto mais documentos e informações forem fornecidos, maior será a qualidade do resultado.

1. Anexe ou transcreva a minuta do ato normativo quando ela já existir.
2. Informe o ente federativo, o Poder, o órgão, a autoridade proponente e a autoridade competente para editar ou aprovar o ato.
3. Forneça as normas de competência e de iniciativa. Não peça à IA para adivinhá-las.
4. Quando houver parecer, nota técnica, estudo, decisão judicial, dado estatístico ou relatório, forneça o documento ou a referência verificável.
5. Determine expressamente que nenhuma lei, artigo, precedente, dado ou documento seja inventado.
6. Peça uma segunda rodada apenas de auditoria jurídica e técnica antes de utilizar o texto.

1. Justificativa e exposição de motivos: não são exatamente a mesma coisa

As duas peças cumprem função semelhante: exteriorizam as razões da proposta e fornecem elementos para sua análise. A diferença principal está no contexto institucional e na forma do expediente.

1.1. Justificativa

A justificativa é a fundamentação que acompanha uma proposição, muito comum no processo legislativo. Em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, propostas de emenda à Lei Orgânica e emendas parlamentares, ela apresenta ao órgão deliberativo as razões jurídicas, sociais, administrativas, econômicas ou institucionais que sustentam a medida.

1.2. Exposição de motivos

A exposição de motivos é, em certos regimes administrativos, um expediente formal pelo qual uma autoridade submete a outra autoridade uma proposta de ato normativo, uma medida ou determinado assunto. No âmbito do Poder Executivo federal, o Decreto nº 12.002/2024 prevê que propostas de atos normativos de competência do Presidente da República sejam encaminhadas por exposição de motivos e determina que essa peça justifique e fundamente, de forma clara e objetiva, a edição do ato.

1.3. Regra prática

Não escolha o título do documento apenas pela espécie do ato. Primeiro identifique o procedimento aplicável. Um projeto de lei de iniciativa parlamentar normalmente vem acompanhado de justificativa. Um projeto de lei de iniciativa do Chefe do Executivo pode integrar uma mensagem de encaminhamento e ser instruído por exposição de motivos, nota técnica ou documento equivalente, conforme a disciplina local. Um decreto, uma resolução ou uma instrução normativa também pode ser antecedido por exposição de motivos, justificativa, nota técnica ou parecer de mérito, a depender do fluxo interno.

2. O fim dos “considerandos” como técnica de motivação no corpo do ato

Este e-book adota como padrão técnico a retirada das justificações do corpo do ato normativo. No modelo federal contemporâneo, o art. 4º, § 3º, do Decreto nº 12.002/2024 determina, ressalvada a hipótese dos decretos de promulgação de atos internacionais, que os atos normativos não contenham enunciados iniciados pela expressão “considerando”, nem explicações destinadas a justificar sua edição.

Isso não significa eliminar a fundamentação. Significa colocá-la no lugar correto. O preâmbulo deve conter os elementos jurídicos que compõem a estrutura do ato, inclusive o fundamento de validade quando exigido. Já as razões fáticas, jurídicas, administrativas e políticas que explicam por que a norma deve ser editada devem constar da justificativa, exposição de motivos, parecer de mérito, nota técnica ou documento de instrução pertinente.

2.1. Para onde vai o conteúdo que antes aparecia nos “considerandos”?

Conteúdo antigo	Destino tecnicamente mais adequado
Referência à competência da autoridade	Preâmbulo, quando integrar o fundamento de validade; e explicação complementar na justificativa ou exposição de motivos.
Descrição do problema	Justificativa, exposição de motivos ou parecer de mérito.
Citação de estudos, dados e relatórios	Justificativa, exposição de motivos, nota técnica ou parecer de mérito.
Razões de conveniência e necessidade	Justificativa ou exposição de motivos.
Jurisprudência relevante	Justificativa, exposição de motivos ou parecer jurídico, conforme sua função.

Impactos financeiros, administrativos ou sociais	Justificativa, exposição de motivos e documentação técnica específica.
Objetivos da política pública	Justificativa, exposição de motivos ou parecer de mérito.

3. Anatomia de uma boa justificativa ou exposição de motivos

Problema: Qual situação concreta demanda intervenção normativa?

Competência: Qual órgão ou autoridade possui competência para disciplinar a matéria?

Iniciativa: Quem pode validamente iniciar a proposição? Há reserva de iniciativa?

Adequação da espécie: Por que lei, decreto, resolução, instrução normativa, portaria ou outra espécie é o instrumento correto?

Fundamento jurídico: Quais normas superiores autorizam, condicionam ou limitam a medida?

Necessidade: Por que a situação não pode ser resolvida adequadamente sem a intervenção normativa?

Objetivo: Qual resultado jurídico, administrativo ou social se pretende alcançar?

Destinatários: Quem será diretamente ou indiretamente atingido?

Impactos: Quais efeitos administrativos, financeiros, orçamentários, regulatórios, sociais, ambientais ou tecnológicos são previsíveis?

Alternativas: Havia solução menos onerosa, infralegal, procedimental ou não normativa? Por que foi rejeitada?

Compatibilidade: A proposta é coerente com normas existentes e com a política pública relacionada?

Alterações e revogações: Quais normas serão modificadas, substituídas ou revogadas?

Implementação: Quem executará, em que prazo e com quais recursos, quando isso for relevante?

Conclusão: Síntese da necessidade, juridicidade e adequação da proposta.

4. PROMPT MESTRE UNIVERSAL

Prompt 1 — Prompt mestre para qualquer ato normativo

Atue como especialista em Legística, processo legislativo e Direito Administrativo. Sua tarefa é elaborar a [JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS] destinada a acompanhar a proposta de [ESPÉCIE DO ATO NORMATIVO], no âmbito de [ENTE FEDERATIVO/PODER/ÓRGÃO].

DADOS DO CASO:

- Autoridade ou autor da proposta: [INFORMAR]
- Autoridade ou órgão competente para aprovar/editar o ato: [INFORMAR]
- Objeto da proposta: [INFORMAR]
- Problema que se pretende resolver: [INFORMAR]
- Público ou unidades atingidas: [INFORMAR]
- Fundamento constitucional/legal da competência: [INFORMAR]
- Fundamento da iniciativa, se aplicável: [INFORMAR]
- Normas que serão regulamentadas, alteradas ou revogadas: [INFORMAR]
- Impactos administrativos: [INFORMAR]
- Impactos orçamentários/financeiros: [INFORMAR OU “NÃO HÁ”]
- Estudos, pareceres, dados ou decisões relevantes: [INFORMAR]
- Minuta do ato: [COLAR OU ANEXAR]
- Norma local de processo legislativo ou de elaboração normativa: [COLAR/ANEXAR, SE HOUVER]

REGRAS OBRIGATÓRIAS:

1. Antes de redigir, verifique se a espécie normativa escolhida é adequada ao objeto e à competência indicada. Se houver dúvida material, registre-a antes do texto final.
2. Não invente leis, artigos, jurisprudência, números de processos, dados, pareceres ou fatos. Se faltar informação essencial,

use a marca [DADO A CONFIRMAR].

3. Diferencie fundamento de validade do ato e razões de sua edição. O fundamento de validade que deva integrar o preâmbulo não substitui a motivação desenvolvida na justificativa ou exposição de motivos.
4. Não use “Considerando”, “Considerandos” nem transforme a justificativa em uma sequência de considerações soltas.
5. Não repita a ementa nem faça mera paráfrase artigo por artigo da minuta.
6. Explique, em texto corrido e com encadeamento lógico: problema, competência, necessidade, adequação do instrumento, finalidade, efeitos esperados, impactos e conclusão.
7. Se a medida gerar despesa, redução ou renúncia de receita, destaque a necessidade de demonstração do atendimento à legislação fiscal aplicável, sem presumir dados inexistentes.
8. Se houver restrição de direitos, deveres, sanções, requisitos ou condicionamentos, examine legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica e necessidade de base legal suficiente.
9. Se houver norma superior a regulamentar, identifique os limites da regulamentação e evite inovar além da autorização legal.
10. Use linguagem institucional, objetiva, técnica e persuasiva, sem adjetivação excessiva.

ESTRUTURA ESPERADA:

- abertura com identificação sintética da proposta;
- contextualização do problema;
- competência e fundamento jurídico;
- necessidade e adequação da solução normativa;
- principais efeitos da proposta;
- impactos e medidas de implementação, quando cabíveis;
- compatibilidade com o ordenamento;
- conclusão recomendando a aprovação/edição.

Ao final, acrescente uma seção separada intitulada “PONTOS A VALIDAR ANTES DA ASSINATURA”, contendo apenas eventuais lacunas, riscos ou documentos que ainda precisem ser conferidos.

5. Prompts por espécie normativa

Prompt 2 — Justificativa de Projeto de Lei Ordinária

Elabore a JUSTIFICATIVA de um Projeto de Lei Ordinária sobre [TEMA], de autoria de [AUTOR/AUTORIDADE], no âmbito de [ENTE]. Considere a minuta anexada.

A justificativa deve:

- identificar claramente o problema público ou jurídico;
- demonstrar a competência legislativa do ente;
- examinar a iniciativa e alertar para eventual reserva de iniciativa;
- explicar por que a matéria exige lei e não pode ser resolvida adequadamente por ato infralegal;
- demonstrar o nexo entre cada eixo relevante da proposta e o problema identificado, sem descrever artigo por artigo;
- indicar benefícios esperados e possíveis impactos;
- apontar eventuais normas afetadas;
- registrar necessidade de estimativa de impacto quando houver criação de despesa ou renúncia de receita;
- concluir pela conveniência jurídica e administrativa da aprovação.

Não invente fundamentos. Quando um dispositivo depender da Constituição, da Lei Orgânica ou de norma local não fornecida, indique [FUNDAMENTO A CONFIRMAR].

Redija em texto corrido, com parágrafos curtos, linguagem legislativa e sem “considerandos”.

Prompt 3 — Justificativa de Projeto de Lei Complementar

Atue como especialista em processo legislativo. Elabore a JUSTIFICATIVA de Projeto de Lei Complementar que trata de [OBJETO], no âmbito de [ENTE].

Antes de redigir, verifique se a matéria realmente está submetida à reserva de lei complementar segundo [CONSTITUIÇÃO/LEI ORGÂNICA]. Se os documentos fornecidos não permitirem confirmar, declare a necessidade de validação.

Na justificativa, desenvolva: problema; competência; razão da exigência de lei complementar; iniciativa; finalidade; alterações sistêmicas pretendidas; impactos; normas correlatas; transição entre regimes, se houver; segurança jurídica; conclusão.

Evite frases genéricas como “a proposta é de suma importância”. Substitua-as por razões verificáveis. Não invente legislação ou jurisprudência.

Prompt 4 — Justificativa de Proposta de Emenda à Lei Orgânica

Elabore a JUSTIFICATIVA de uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de [MUNICÍPIO], destinada a [OBJETO].

Faça previamente três controles: (1) competência municipal para a matéria; (2) respeito aos limites materiais e às normas de reprodução obrigatória; (3) legitimidade da iniciativa segundo a Lei Orgânica e o Regimento Interno.

A justificativa deve explicar por que a alteração precisa ocorrer no nível da Lei Orgânica, em vez de lei ordinária, lei complementar ou ato administrativo; apresentar o problema; indicar o fundamento constitucional e orgânico; avaliar compatibilidade com a Constituição Federal e a Constituição estadual; demonstrar efeitos institucionais; examinar eventual regra de transição; e concluir.

Não crie dispositivos constitucionais inexistentes. Se o texto da Lei Orgânica não tiver sido fornecido, marque os pontos que dependem de conferência.

Prompt 5 — Justificativa de Projeto de Decreto Legislativo

Elabore a JUSTIFICATIVA de Projeto de Decreto Legislativo relativo a [OBJETO], no âmbito de [CÂMARA/ASSEMBLEIA/CONGRESSO].

Primeiro, confirme se a matéria pertence à competência exclusiva do Poder Legislativo e se a espécie “decreto legislativo” é a adequada segundo a Constituição, a Lei Orgânica e o Regimento Interno aplicáveis.

Depois, redija texto corrido contendo: contexto; competência; fundamento jurídico; finalidade; razões para a deliberação legislativa; efeitos do ato; eventuais impactos; e conclusão.

Não confunda decreto legislativo com decreto do Poder Executivo. Não invente competência exclusiva que não esteja documentada.

Prompt 6 — Justificativa de Projeto de Resolução Legislativa

Elabore a JUSTIFICATIVA de Projeto de Resolução de [CÂMARA MUNICIPAL/ASSEMBLEIA/OUTRO COLEGIADO LEGISLATIVO] sobre [OBJETO].

Analise se a matéria é interna corporis, regimental, organizacional ou de competência própria do órgão e se a resolução é a espécie adequada. Examine a iniciativa quando houver reserva à Mesa Diretora, Presidência, comissão ou outro órgão.

A justificativa deve abordar problema, competência, necessidade, adequação da resolução, efeitos sobre a organização ou funcionamento da Casa, impactos administrativos e financeiros, transição e conclusão.

Prompt 7 — Justificativa de emenda a projeto de lei

Elabore a JUSTIFICATIVA de uma emenda [ADITIVA/SUPRESSIVA/MODIFICATIVA/SUBSTITUTIVA] ao Projeto de Lei nº [NÚMERO], cujo objeto é [OBJETO].

Considere o texto original e a emenda proposta. Explique: qual problema específico do projeto a emenda corrige; por que a alteração melhora juridicidade, efetividade, clareza, proporcionalidade, técnica legislativa ou política pública; se há impacto financeiro; se a emenda preserva pertinência temática; e se há risco de violação à reserva de iniciativa ou aumento indevido de despesa.

Não faça simples comparação textual. Fundamente a utilidade normativa da alteração.

Prompt 8 — Exposição de motivos para Decreto regulamentar

Elabore a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para submissão de minuta de Decreto regulamentar destinado a regulamentar [LEI/DISPOSITIVO].

A peça deve identificar a lei regulamentada e delimitar com rigor o espaço regulamentar. Demonstre: problema de implementação; competência da autoridade; necessidade da regulamentação; dispositivos legais que exigem ou permitem detalhamento; escolhas regulatórias realizadas; destinatários; impactos operacionais; prazo e estratégia de implementação; normas a revogar ou compatibilizar; e conclusão.

Faça um controle específico de legalidade: identifique qualquer ponto da minuta que pareça criar obrigação, direito, sanção, requisito ou restrição sem suporte legal suficiente. Liste esses riscos ao final. Não use “considerandos”.

Prompt 9 — Exposição de motivos para Decreto de organização administrativa

Elabore a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para minuta de Decreto que dispõe sobre [ORGANIZAÇÃO/COMPETÊNCIAS/FLUXOS/ESTRUTURA ADMINISTRATIVA].

Verifique a competência constitucional e legal para organização administrativa e diferencie matérias que podem ser disciplinadas por decreto daquelas submetidas à reserva legal.

Explique a situação atual, as ineficiências ou lacunas identificadas, a solução proposta, os ganhos de governança e coordenação, os efeitos sobre unidades e agentes públicos, eventuais impactos de pessoal e orçamento, regras de transição e riscos de sobreposição de competências.

Prompt 10 — Exposição de motivos para Decreto que executa política pública

Redija EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para Decreto destinado a implementar a política pública [NOME/OBJETO], com base na legislação [INDICAR].

Estruture a motivação com: diagnóstico do problema; base legal; objetivos da política; público-alvo; instrumentos de execução; órgãos responsáveis; governança; metas ou resultados esperados; impactos; integração com políticas existentes; riscos de duplicidade; estratégia de implementação; monitoramento; e conclusão.

Não inclua no decreto explicações que pertencem à exposição de motivos. Se a minuta contiver “considerandos”, indique como redistribuir seu conteúdo para esta peça e para o preâmbulo.

Prompt 11 — Exposição de motivos de Resolução normativa de colegiado

Elabore EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ou JUSTIFICATIVA, conforme o fluxo institucional informado, para proposta de RESOLUÇÃO normativa de [COLEGIADO/CONSELHO/TRIBUNAL/AGÊNCIA] sobre [OBJETO].

Confirme a competência normativa do colegiado e o fundamento legal específico. Explique o problema, a necessidade de uniformização, a adequação da resolução, os sujeitos alcançados, os impactos operacionais, os mecanismos de implementação e os efeitos sobre normas internas existentes.

Se a resolução criar deveres externos ou restrições relevantes, faça controle reforçado de reserva legal e identifique eventual excesso do poder regulamentar.

Prompt 12 — Justificativa de Resolução administrativa

Elabore a JUSTIFICATIVA para submissão ao colegiado de minuta de RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA sobre [OBJETO].

Considere [LEI/REGIMENTO/ATO DE COMPETÊNCIA] e a minuta anexada. Redija texto institucional, contínuo e fundamentado, demonstrando competência, contexto fático, necessidade administrativa, adequação da solução, compatibilidade com normas superiores, impactos de gestão, orçamento e pessoal, quando houver, e conclusão pela aprovação.

Não transforme a justificativa em parecer jurídico e não use tópicos na versão final, salvo se eu solicitar.

Prompt 13 — Exposição de motivos de Instrução Normativa

Elabore a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para edição de INSTRUÇÃO NORMATIVA destinada a disciplinar [PROCEDIMENTO/CRITÉRIO/ROTINA], no âmbito de [ÓRGÃO].

Verifique se a instrução normativa apenas detalha a execução de norma superior e de competências já existentes. Identifique a base legal, o problema operacional, as divergências de procedimento, a necessidade de padronização, os destinatários internos/externos, os ganhos esperados, os efeitos sistêmicos, a implementação e a transição.

Alerte se algum dispositivo parecer inovar na ordem jurídica sem base legal ou exceder a competência administrativa.

Prompt 14 — Exposição de motivos de Portaria normativa

Elabore a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ou JUSTIFICATIVA para PORTARIA de caráter normativo sobre [OBJETO], editada por [AUTORIDADE].

Demonstre a competência da autoridade, a base normativa superior, a necessidade do ato, o caráter interno ou externo de seus efeitos, os destinatários, os procedimentos instituídos, os impactos e a compatibilidade com atos de hierarquia superior.

Faça controle específico para impedir que a portaria trate de matéria reservada à lei, a decreto ou a ato de colegiado.

Prompt 15 — Ato normativo conjunto

Elabore a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS CONJUNTA para proposta de [PORTARIA/RESOLUÇÃO/INSTRUÇÃO NORMATIVA] conjunta entre [ÓRGÃOS/AUTORIDADES], destinada a [OBJETO].

Explique por que a matéria exige atuação conjunta, delimite a competência de cada signatário, identifique responsabilidades, fluxos de cooperação, compartilhamento de dados ou recursos, impactos, governança, mecanismos de solução de divergências e implementação.

Verifique se todos os signatários possuem competência sobre a parcela de matéria que lhes é atribuída. Não presuma competências.

Prompt 16 — Justificativa de Regimento Interno ou alteração regimental

Elabore a JUSTIFICATIVA para aprovação ou alteração do REGIMENTO INTERNO de [ÓRGÃO/COLEGIADO], por meio de [RESOLUÇÃO/ATO].

Demonstre a competência para auto-organização, o diagnóstico do funcionamento atual, os problemas procedimentais, as alterações propostas, os impactos na governança, distribuição de competências, quóruns, tramitação, transparência e segurança jurídica.

Faça alerta específico sobre regras regimentais que possam ultrapassar a autonomia interna e afetar direitos de terceiros sem base legal.

Prompt 17 — Ato de alteração normativa

Elabore a JUSTIFICATIVA ou EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para ato que ALTERA [ATO NORMATIVO EXISTENTE], com a finalidade de [OBJETIVO].

Compare o regime atual e o proposto. Identifique o problema concreto, dispositivos afetados, inconsistências a corrigir, efeitos jurídicos da alteração, necessidade de regras de transição, impactos sobre situações já constituídas e riscos de antinomia.

Não faça apenas uma lista de artigos alterados. Explique a razão normativa de cada núcleo de mudança.

Prompt 18 — Ato de revogação

Elabore a JUSTIFICATIVA ou EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para revogação total ou parcial de [ATO NORMATIVO].

Explique por que a norma se tornou desnecessária, incompatível, superada ou inconveniente; identifique o regime que passará a vigorar; avalie lacunas regulatórias; situações em curso; direitos adquiridos; efeitos administrativos; necessidade

de transição; e normas correlatas.

Antes de concluir, verifique se a revogação isolada pode produzir vazio normativo.

Prompt 19 — Consolidação normativa

Elabore a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para proposta de consolidação de normas sobre [MATÉRIA].

Identifique o conjunto de atos a consolidar, os problemas de dispersão normativa, duplicidade, revogações tácitas, inconsistências terminológicas e dificuldade de acesso. Explique os objetivos da consolidação, os critérios utilizados, o tratamento das normas obsoletas e a preservação do conteúdo normativo quando não houver autorização para inovação.

Aponte separadamente qualquer alteração de mérito que não possa ser tratada como simples consolidação.

Prompt 20 — Lei delegada, quando admitida

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para proposta de LEI DELEGADA sobre [OBJETO], somente se essa espécie estiver prevista e for juridicamente admissível no ordenamento aplicável.

Antes de redigir, confirme: existência de previsão constitucional/orgânica; autoridade competente; limites da delegação; matérias indelegáveis; forma e extensão da autorização.

Se qualquer requisito não estiver demonstrado, não produza uma fundamentação afirmativa. Liste a pendência e redija apenas uma versão condicionada à validação.

6. Prompts por situação jurídica relevante

Prompt 21 — Proposta com impacto orçamentário ou financeiro

Análise a minuta de [ATO] e elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS com foco especial nos impactos orçamentários e financeiros.

Identifique se há criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, aumento de despesa obrigatória, criação de benefício, renúncia de receita, redução de arrecadação, criação de estrutura, cargo, vantagem ou obrigação de pagamento.

Não invente números. Use os estudos fornecidos. Se não houver estimativa, declare expressamente a necessidade de instrução com estimativa e demonstração de compatibilidade com a legislação fiscal aplicável antes da aprovação.

Integre a análise fiscal à motivação geral, sem transformar a peça em laudo contábil.

Prompt 22 — Criação de benefício, auxílio ou vantagem

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para [LEI/RESOLUÇÃO/DECRETO] que institui ou regulamenta [BENEFÍCIO/AUXÍLIO/VANTAGEM].

Demonstre competência, base legal, finalidade pública, beneficiários, critérios de acesso, necessidade, isonomia, razoabilidade, impactos fiscais, fonte ou adequação orçamentária quando exigível, controles, prestação de contas, prevenção de pagamentos indevidos e implementação.

Alerte para qualquer ponto que dependa de lei formal ou que não possa ser validamente criado por ato infralegal.

Prompt 23 — Ato que cria obrigações ou sanções

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS de [ATO] que estabelece [OBRIGAÇÕES/SANÇÕES/CONDICIONAMENTOS].

Faça controle reforçado de legalidade e reserva legal. Identifique a norma que autoriza cada obrigação ou sanção relevante. Examine tipicidade, clareza, proporcionalidade, devido processo, contraditório e critérios de aplicação.

Se a base legal for insuficiente, não tente “salvar” a minuta por retórica: indique objetivamente o risco de invalidade e sugira que a matéria seja elevada à espécie normativa adequada.

Prompt 24 — Regulamentação de lei recente

Com base na Lei nº [NÚMERO/ANO] e na minuta anexada, elabore EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para seu regulamento.

Crie uma matriz mental entre: comando legal, ponto que depende de regulamentação, solução proposta no decreto/ato, limite da delegação legislativa e impacto de implementação. Use essa análise para redigir a exposição de motivos em texto corrido.

Não reproduza a lei inteira. Concentre-se no que precisa ser operacionalizado e nos limites do regulamento.

Prompt 25 — Padronização de procedimentos administrativos

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para ato destinado a padronizar [PROCEDIMENTO].

Contextualize divergências atuais, riscos de tratamento desigual, retrabalho, insegurança, atraso ou ausência de rastreabilidade. Explique como a norma padroniza competências, etapas, prazos e controles sem criar requisitos que dependam de lei.

Inclua efeitos esperados sobre eficiência, transparência, segurança jurídica e controle.

Prompt 26 — Transformação digital e processo eletrônico

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para ato sobre digitalização, processo eletrônico, automação ou uso de sistema [NOME].

Analise base legal, competência, simplificação, interoperabilidade, autenticidade, integridade, registros, acesso, inclusão digital, continuidade do serviço, proteção de dados e segurança da informação, naquilo que for aplicável aos documentos fornecidos.

Não invente requisitos tecnológicos. Diferencie regra jurídica de especificação técnica.

Prompt 27 — Proteção de dados pessoais

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para ato normativo que envolva tratamento de dados pessoais.

A partir da minuta e dos documentos fornecidos, identifique finalidade pública, base jurídica, categorias de dados, agentes envolvidos, compartilhamentos, necessidade, minimização, transparência, segurança, retenção e direitos dos titulares, sem presumir fatos.

Aponte riscos de excesso normativo, tratamento desnecessário ou compartilhamento sem base demonstrada.

Prompt 28 — Política pública municipal

Elabore a JUSTIFICATIVA de Projeto de Lei municipal que institui ou estrutura a política pública [NOME].

Demonstre interesse local e competência municipal, articulação com competências comuns ou suplementares quando cabível, diagnóstico do problema, público-alvo, objetivos, instrumentos, governança, execução, indicadores, impactos fiscais e relação com políticas existentes.

Evite criar obrigações administrativas detalhadas para o Executivo quando a iniciativa legislativa não permitir. Faça controle de iniciativa antes de redigir.

Prompt 29 — Programa ou campanha municipal

Elabore a JUSTIFICATIVA de projeto que cria [PROGRAMA/CAMPANHA] municipal sobre [TEMA].

Antes de redigir, avalie se o projeto efetivamente necessita criar uma política pública por lei ou se se limita a uma autorização genérica, data comemorativa, campanha ou providência administrativa. Examine competência e iniciativa.

A justificativa deve ser concreta, indicar problema, objetivo, público atingido, instrumentos juridicamente possíveis, impacto e compatibilidade com ações existentes.

Prompt 30 — Matéria tributária

Elabore a JUSTIFICATIVA de projeto de lei sobre [TRIBUTO/BENEFÍCIO FISCAL/OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA].

Faça controle rigoroso de competência tributária, legalidade, anterioridade quando aplicável, isonomia, capacidade contributiva, regras de responsabilidade fiscal e eventual renúncia de receita. Use somente as normas e dados fornecidos ou fontes oficiais verificáveis.

Não produza conclusão definitiva quando faltar estimativa de impacto ou fundamento legal indispensável.

Prompt 31 — Reorganização administrativa

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para proposta que reorganiza [SECRETARIA/ÓRGÃO/UNIDADE/COMPETÊNCIAS].

Explique diagnóstico organizacional, duplicidades, lacunas, fluxos, redistribuição de competências, impactos sobre cargos e funções, despesas, continuidade administrativa, transição, governança e resultados esperados.

Diferencie o que exige lei do que pode ser tratado por decreto ou ato interno.

Prompt 32 — Norma emergencial ou temporária

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para medida normativa temporária destinada a enfrentar [SITUAÇÃO].

Demonstre fatos concretos que justificam urgência, competência, necessidade, proporcionalidade, duração, gatilhos de encerramento, efeitos sobre direitos, medidas menos restritivas consideradas, impactos e mecanismos de revisão.

Não use a urgência como argumento abstrato. Exija dados ou documentos que a comprovem.

7. Prompts para eliminar “considerandos” e reconstruir a motivação

Prompt 33 — Converter considerandos em exposição de motivos

Receberei um ato normativo antigo ou uma minuta que contém vários enunciados iniciados por “Considerando”.

TAREFA:

1. Extraia cada considerando e classifique seu conteúdo como: competência/fundamento de validade; fato ou diagnóstico; referência normativa; dado técnico; jurisprudência; finalidade; razão de conveniência; impacto; ou informação meramente retórica.
2. Indique o destino adequado de cada conteúdo:
 - a) preâmbulo, se for fundamento de validade que deva constar do ato;
 - b) justificativa/exposição de motivos;
 - c) parecer jurídico;
 - d) nota técnica/parecer de mérito;
 - e) exclusão, se for redundante ou vazio.
3. Redija uma nova JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS em texto corrido, absorvendo apenas os conteúdos pertinentes.
4. Apresente uma sugestão de preâmbulo sem “considerandos”, contendo somente os elementos estruturais e o fundamento de validade aplicável.
5. Não altere a parte normativa, salvo para apontar incompatibilidades.

Não invente novos fundamentos.

Prompt 34 — Limpar minuta que usa justificações dentro do ato

Revise a minuta de [ATO NORMATIVO] anexada e localize frases explicativas, justificativas, declarações de intenção, histórico, motivos políticos ou administrativos que não deveriam integrar a parte normativa.

Para cada trecho:

- transcreva apenas o início suficiente para identificá-lo;
- explique por que não deve permanecer no corpo normativo;
- indique se deve migrar para justificativa, exposição de motivos, nota técnica, preâmbulo ou ser excluído.

Depois, redija a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS consolidada e apresente uma versão enxuta do trecho normativo afetado, sem alterar o comando jurídico necessário.

8. Prompts de revisão e controle de qualidade

Prompt 35 — Auditoria de competência e iniciativa

Faça uma auditoria jurídica da JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS e da minuta anexadas, limitada a COMPETÊNCIA e INICIATIVA.

Responda:

1. Qual ente e qual órgão possuem competência material/normativa?
2. A autoridade proponente é competente?
3. Há reserva de iniciativa?
4. A espécie normativa escolhida é adequada?
5. Há risco de invasão de competência de outro Poder ou ente?
6. Quais afirmações dependem de fonte que não foi fornecida?

Não reescreva a peça ainda. Primeiro entregue a auditoria com grau de risco: baixo, médio ou alto. Depois apresente os ajustes mínimos necessários.

Prompt 36 — Auditoria de poder regulamentar

Revise a minuta e sua exposição de motivos sob a ótica dos limites do poder regulamentar.

Para cada obrigação, proibição, sanção, requisito, prazo, condição, documento exigido ou restrição relevante, identifique a base legal correspondente. Classifique como:

- claramente amparado;
- depende de interpretação;
- sem base demonstrada.

Ao final, sugira como ajustar a exposição de motivos e, quando necessário, a própria minuta.

Prompt 37 — Auditoria de proporcionalidade e razoabilidade

Revise a motivação da proposta normativa aplicando os testes de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Identifique:

- objetivo legítimo;
- relação entre medida e objetivo;
- alternativas menos restritivas;
- custos e ônus impostos;
- benefícios esperados;
- grupos mais afetados;
- medidas de mitigação.

Não presuma dados. Diga claramente quando não houver evidência suficiente para sustentar uma conclusão.

Prompt 38 — Auditoria fiscal e orçamentária

Revise a minuta e a justificativa/exposição de motivos para identificar qualquer efeito fiscal ou orçamentário.

Procure criação ou aumento de despesa, despesa continuada, benefício, subsídio, renúncia, redução de receita, criação de

estrutura, contratação, tecnologia, custeio, pessoal ou obrigação financeira.

Crie uma lista de documentos que precisam instruir a proposta e destaque trechos da motivação que não podem afirmar neutralidade fiscal sem prova.

Prompt 39 — Auditoria de coerência entre minuta e motivação

Compare a minuta do ato normativo com a justificativa/exposição de motivos.

Identifique:

- objetivo mencionado na motivação mas não implementado no texto;
- comando normativo sem explicação correspondente;
- destinatários inconsistentes;
- prazos divergentes;
- competências incompatíveis;
- impactos ignorados;
- revogações não explicadas;
- afirmações exageradas ou não demonstradas.

Depois, reescreva apenas os parágrafos da motivação que precisem de correção.

Prompt 40 — Auditoria anti-alucinação jurídica

Atue como revisor adversarial. Examine a justificativa/exposição de motivos e marque qualquer:

- lei ou artigo possivelmente inexistente;
- precedente sem número ou tribunal verificável;
- dado estatístico sem fonte;
- afirmação de competência não demonstrada;
- referência genérica a “jurisprudência pacífica”;
- afirmação categórica que dependa de fato não comprovado.

Não complete as lacunas por conta própria. Substitua cada ponto duvidoso por [VALIDAR FONTE] e explique qual documento ou consulta é necessária.

Prompt 41 — Revisão de estilo de Legística

Revise o texto da JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para torná-lo claro, preciso, conciso e institucional.

Regras:

- preservar integralmente o conteúdo jurídico validado;
- eliminar redundâncias, adjetivos promocionais e frases vazias;
- usar parágrafos curtos;
- manter encadeamento lógico;
- evitar jargão desnecessário;
- não criar novas fontes;
- não inserir “considerandos”;
- não converter a peça em tópicos, salvo no quadro final de pendências.

Entregue a versão final pronta para assinatura.

Prompt 42 — Revisão final em duas colunas lógicas

Faça uma revisão final da proposta e entregue duas partes:

PARTE A — TEXTO FINAL:

a justificativa/exposição de motivos integral, pronta para uso, em texto corrido.

PARTE B — CHECKLIST DE VALIDAÇÃO:

competência; iniciativa; espécie normativa; fundamento de validade; adequação; impacto fiscal; normas afetadas; implementação; jurisprudência citada; dados citados; ausência de considerandos; coerência com a minuta.

Não altere fatos nem invente referências.

9. Prompts para trabalhar com documentos e fontes

Prompt 43 — Redigir somente com base nos documentos fornecidos

Elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS utilizando EXCLUSIVAMENTE os documentos que anexei.

Regras:

- não utilize conhecimento externo para acrescentar fatos, leis, jurisprudência ou números;
- toda afirmação jurídica relevante deve ser rastreável a um documento fornecido;
- se faltar fundamento, escreva [DOCUMENTO NÃO FORNECIDO];
- se houver conflito entre documentos, destaque antes de redigir;
- ao final, apresente uma tabela de rastreabilidade com: afirmação central | documento de suporte | ponto que precisa de validação.

Depois da tabela, entregue a versão final da peça.

Prompt 44 — Pesquisa oficial antes da redação

Antes de elaborar a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS de [ATO], faça pesquisa apenas em fontes oficiais ou institucionais confiáveis sobre [TEMA].

Priorize: Constituição/Lei Orgânica; legislação vigente; site oficial do órgão; decisões judiciais em bases oficiais; dados públicos oficiais; atos normativos correlatos.

Apresente primeiro as fontes encontradas e diferencie claramente legislação vigente de norma revogada ou histórica. Somente depois redija a peça. Não use ementas ou resumos de terceiros quando a fonte primária estiver disponível.

Prompt 45 — Extrair fundamentos de parecer técnico

Leia o PARECER/NOTA TÉCNICA anexado e extraia os fundamentos úteis para a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS do ato [ESPÉCIE].

Separe:

- fatos;
- diagnóstico;
- fundamento jurídico;
- dados;
- impactos;
- riscos;
- recomendações.

Depois redija a motivação sem copiar extensamente o parecer e sem atribuir ao ato conclusões que o documento não sustenta.

Prompt 46 — Extrair fundamentos de decisão judicial

Analise a decisão judicial anexada e identifique apenas os fundamentos que tenham relação direta com a proposta normativa [OBJETO].

Informe: tribunal, processo, data, questão decidida, tese ou fundamento relevante e limites da decisão. Depois redija os parágrafos da justificativa/exposição de motivos que utilizem essa decisão como fundamento, sem ampliar seu alcance e sem dizer que há jurisprudência consolidada quando houver apenas um precedente.

10. Prompts especiais para o contexto municipal

Prompt 47 — Projeto de lei de iniciativa do Prefeito

Elabore a JUSTIFICATIVA/MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito de [MUNICÍPIO] sobre [OBJETO].

Verifique a Constituição Federal, a Constituição estadual, a Lei Orgânica e a legislação municipal fornecida para identificar competência e iniciativa.

A peça deve apresentar problema, fundamentos jurídicos, necessidade da lei, medidas propostas, impactos, execução administrativa e conclusão solicitando apreciação pela Câmara.

Não presuma urgência. Só peça regime de urgência se houver fundamento e justificativa concreta fornecidos.

Prompt 48 — Projeto de lei de iniciativa de Vereador

Elabore a JUSTIFICATIVA de Projeto de Lei de iniciativa de Vereador sobre [OBJETO].

Antes de escrever, faça teste de iniciativa: verifique se a proposta interfere em estrutura administrativa, atribuições de órgãos, servidores, orçamento, regime jurídico, contratos, gestão ou outras matérias de iniciativa reservada.

Se houver risco, explique antes de redigir e proponha alternativas juridicamente adequadas, como indicação, requerimento ou reformulação do objeto, quando cabível.

Se a iniciativa for viável, redija justificativa centrada no interesse local, problema, finalidade, competência municipal, impactos e necessidade.

Prompt 49 — Decreto municipal regulamentar

Elabore a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para Decreto do Prefeito que regulamenta a Lei Municipal nº [NÚMERO].

Identifique o dispositivo da Lei Orgânica que atribui competência regulamentar ao Prefeito e a lei a ser regulamentada. Delimite o que pode ser detalhado sem inovar.

Explique problemas de execução, procedimentos, órgãos responsáveis, prazos, controles, impactos e transição. Aponte qualquer dispositivo da minuta que extrapole a lei.

Prompt 50 — Instrução normativa municipal

Elabore a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS/NOTA DE JUSTIFICAÇÃO para Instrução Normativa de [SECRETARIA/CONTROLADORIA/ÓRGÃO] sobre [PROCEDIMENTO].

Confirme a competência da autoridade segundo a Lei Orgânica, lei de organização administrativa, decreto de competências ou regulamento interno. Demonstre necessidade de padronização e base legal.

Não use a instrução normativa para criar obrigações primárias que dependam de lei ou decreto.

11. Prompts de transformação: do material bruto ao documento final

Prompt 51 — A partir de uma ideia ainda não estruturada

Tenho apenas a seguinte ideia normativa: [DESCREVER].

Não redija a justificativa imediatamente. Primeiro transforme a ideia em um questionário de diagnóstico com no máximo 12 perguntas indispensáveis sobre problema, competência, iniciativa, espécie normativa, destinatários, impactos, norma superior, implementação e fontes.

Depois, com as respostas disponíveis, produza:

1. diagnóstico de viabilidade;
2. espécie normativa sugerida;
3. estrutura da justificativa/exposição de motivos;
4. minuta da motivação, usando [DADO A CONFIRMAR] para lacunas.

Prompt 52 — A partir da minuta pronta

Leia a minuta anexada e reconstrua, a partir dela, a lógica da política normativa.

Crie internamente um mapa: objeto; destinatários; direitos; deveres; competências; procedimentos; sanções; prazos; impactos; revogações. Em seguida, elabore a JUSTIFICATIVA/EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS correspondente.

Não suponha que a minuta é juridicamente correta. Ao final, liste inconsistências detectadas.

Prompt 53 — A partir de justificativa fraca

A justificativa anexada está genérica e pouco fundamentada. Reescreva-a sem alterar os fatos fornecidos.

Substitua elogios e abstrações por raciocínio verificável. Explícite problema, competência, necessidade, adequação, finalidade, impactos e compatibilidade normativa. Preserve apenas fontes que possam ser confirmadas.

Não aumente artificialmente o tamanho. A meta é densidade argumentativa, não volume.

Prompt 54 — Versão curta para proposição simples

Produza uma JUSTIFICATIVA concisa, entre 5 e 8 parágrafos, para [ATO/PROJETO] sobre [OBJETO].

Mesmo curta, ela deve conter: problema, competência, necessidade, objetivo, adequação da espécie normativa, impactos relevantes e conclusão. Não use considerandos, não repita a ementa e não invente fontes.

Prompt 55 — Versão robusta para matéria complexa

Produza uma EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS robusta e tecnicamente densa para [ATO] sobre [OBJETO].

Inclua: diagnóstico; competência; iniciativa; fundamento jurídico; adequação do instrumento; alternativas consideradas; impactos jurídicos, administrativos e fiscais; destinatários; implementação; transição; interação com normas e políticas existentes; riscos; segurança jurídica; conclusão.

Use subtítulos apenas se o padrão institucional permitir; caso contrário, converta tudo em texto corrido ao final.

12. Modelo de comando de sistema para uso recorrente

Prompt 56 — Configuração permanente de um assistente de Legística

Você atuará como assistente especializado em Legística e elaboração de justificativas e exposições de motivos.

PRINCÍPIOS PERMANENTES:

- nunca inventar fundamento legal, precedente, dado ou documento;
- identificar competência, iniciativa e espécie normativa antes de redigir;
- distinguir preâmbulo, parte normativa e motivação externa;
- não usar “considerandos” na redação do ato, salvo quando uma norma específica e aplicável determinar tratamento diverso;
- deslocar justificações, histórico, diagnóstico e razões de conveniência para justificativa, exposição de motivos, parecer de mérito ou nota técnica;
- exigir suporte legal para obrigações, sanções e restrições;
- controlar impacto fiscal quando houver efeito sobre despesa ou receita;
- preservar hierarquia normativa;
- verificar se ato infralegal está apenas regulamentando a lei;
- usar linguagem clara, precisa e objetiva;
- marcar lacunas com [VALIDAR] em vez de preenchê-las por inferência.

FLUXO:

1. identificar o tipo de documento solicitado;
2. listar silenciosamente os elementos indispensáveis;
3. apontar apenas as lacunas realmente impeditivas;

4. produzir a melhor versão possível com os dados existentes;
5. concluir com “Pontos a validar antes da assinatura”.

Considere como referências de técnica normativa a Lei Complementar nº 95/1998, o Decreto nº 12.002/2024 e a norma específica do ente ou órgão que eu fornecer.

13. O que não pedir à IA

Pedido fraco	Pedido tecnicamente melhor
“Faça uma justificativa bem fundamentada.”	Informe ato, objeto, competência, iniciativa, problema, normas, impactos e documentos.
“Coloque jurisprudência.”	Forneça precedentes ou determine pesquisa em bases oficiais e exija identificação verificável.
“Diga que não há impacto.”	Peça análise e só afirme neutralidade fiscal se houver suporte técnico.
“Use todos os considerandos.”	Peça classificação e redistribuição do conteúdo para o preâmbulo e a motivação externa.
“Deixe mais jurídico.”	Peça controle de competência, reserva legal, proporcionalidade, segurança jurídica e hierarquia normativa.
“Faça ficar convincente.”	Peça densidade argumentativa baseada em fatos, fontes e relação causal entre problema e solução.

14. Checklist final antes de usar a peça

- A competência do ente e da autoridade está demonstrada?
- A iniciativa é válida?
- A espécie normativa escolhida é a correta?
- O fundamento de validade está corretamente identificado?
- A justificativa explica o problema e não apenas a solução?
- Foi demonstrada a necessidade da intervenção normativa?
- A medida é proporcional e adequada?
- O ato infralegal permanece dentro dos limites da lei?
- Os destinatários e atingidos estão identificados?
- Os impactos administrativos e operacionais foram considerados?
- Há impacto orçamentário, despesa ou renúncia de receita?
- As normas alteradas ou revogadas foram identificadas?
- Há regra de transição quando necessária?
- As fontes jurídicas e os dados foram conferidos?
- Nenhuma jurisprudência foi inventada ou ampliada indevidamente?
- O texto evita 'considerandos' como mecanismo de motivação no corpo do ato?
- A motivação está fora da parte normativa e o preâmbulo contém apenas o que lhe é próprio?
- A justificativa não repete a ementa nem descreve artigo por artigo?
- A conclusão decorre logicamente dos fundamentos apresentados?

15. Referências essenciais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

BRASIL. Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024. Estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos.

BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. Brasília, 2018.

Encerramento

Uma justificativa ou exposição de motivos de qualidade é parte da engenharia da norma. Ela permite compreender a relação entre problema, competência, instrumento, conteúdo e resultado esperado. A IA pode reduzir o tempo de preparação e revisão, mas o ganho real surge quando o prompt reproduz esse raciocínio e impede atalhos retóricos.

Use o Prompt Mestre como ponto de partida e acrescente os módulos específicos conforme a espécie normativa e o risco jurídico da matéria. Em propostas complexas, a melhor prática é trabalhar em três rodadas: elaboração, auditoria jurídica e revisão final de estilo.